



A crise socioambiental sob uma perspectiva marxista

Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a atual crise socioambiental vivenciada pela sociedade, reflexo do modelo de desenvolvimento econômico capitalista, sob uma perspectiva marxista. Outro objetivo foi questionar o conceito de desenvolvimento sustentável, muito utilizado atualmente como uma alternativa para solucionar a crise socioambiental, uma vez que visa unir o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, outro modelo de desenvolvimento econômico que combine a justiça social e a conservação ambiental é fundamental para superar a crise socioambiental. Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável é uma falácia do capitalismo que precisa ser ressignificado.

Palavras-Chave: Crise socioambiental; Desenvolvimento sustentável; Marxismo.

Recebido em 22/09/2020
Aceito para publicação em 15/11/2021

Introdução

O atual estudo consiste numa pesquisa bibliográfica e possui dois objetivos, em primeiro lugar, analisar a atual crise socioambiental, sob uma perspectiva marxista; e em segundo lugar, questionar o conceito de desenvolvimento sustentável. Embora Karl Marx não tenha dedicado uma obra especificamente para abordar a temática ambiental, seu pensamento pode ser utilizado para se pensar a questão ambiental de uma maneira crítica.

A atual crise socioambiental pode ser entendida como os problemas sociais (tal como a precarização das condições de trabalho, a distribuição desigual de renda e de terra) e ambientais (tal como a redução da biodiversidade, a potencialização do aquecimento global e o aumento da poluição do ar, água e solo) enfrentados pela sociedade. Nessa direção, como demonstrado a seguir, a

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestranda em Ciência e Tecnologia Ambiental pelo Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO). Endereço de email: mayaragrazielle@yahoo.com.br.

crise socioambiental é causada – principalmente – pelo modelo de desenvolvimento econômico capitalista, responsável tanto pela intensificação da degradação ambiental quanto pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

A primeira noção acerca do desenvolvimento sustentável surgiu em 1972 durante I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mas o conceito só foi definido em 1987 durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável surgiu como uma alternativa de solução para a crise socioambiental, dado que seria uma forma de unir crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. No entanto, ele não aborda a principal causa da crise socioambiental: o capitalismo. Por isso, o conceito de desenvolvimento sustentável, tal como utilizado predominantemente, precisa ser questionado e ressignificado.

A crise socioambiental decorrente do modelo de desenvolvimento econômico capitalista

Em certo momento histórico, o homem passou a transformar a natureza para atender suas necessidades. Contudo, o que antes tinha como objetivo atender as necessidades de sobrevivência, com o tempo e a evolução das civilizações humanas, esse objetivo foi se alterando, buscando satisfazer outras necessidades do próprio modelo civilizatório (FREITAS; FREITAS, 2014). De acordo com Marx (1994), na lógica capitalista, a apropriação e transformação do mundo natural pelo homem é uma prática alienante, já que o trabalhador vende sua força de trabalho, como resultado, a mercadoria, produto do seu trabalho, já não lhe pertence, agora, ele mesmo se transforma em mercadoria, juntamente com a natureza (apud FREITAS; FREITAS, 2014).

Para Marx (2012), o homem transformou a natureza, colocando-a a serviço de suas necessidades, ele atua “sobre a natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza” (apud FREITAS; FREITAS, 2014, 27). Nesse sentido, ao transformar a natureza, o homem também se transforma, na medida em que ultrapassa os limites naturais e domina a natureza, acaba se percebendo separado dela, por conseguinte, o homem passa a vê-la como uma fonte de recursos a ser explorada. A relação que se estabeleceu entre o homem e a natureza não é inata dos seres humanos, pelo contrário, é o resultado das relações sociais impostas pelo capitalismo (FREITAS; FREITAS, 2014).

Marx (1984), ao analisar a transição do feudalismo para o capitalismo, aborda que houve uma redefinição das relações entre a natureza e o homem, representada pela separação do trabalhador com os seus meios de produção, a terra (apud QUINTANA; HACON, 2011). A expropriação dos camponeses de suas terras foi um processo violento, sendo um dos marcos do surgimento do capitalismo. O êxodo rural impactou no equilíbrio campo-cidade no que se refere à migração populacional, separando espaço de produção do espaço de consumo. A expropriação é fundamental na lógica de reprodução capitalista, há diversas formas de expropriação do capitalismo sobre a natureza. São exemplos: a biopirataria, o patenteamento de códigos genéticos, a privatização dos recursos naturais antes comunais (QUINTANA; HACON, 2011).

A deterioração da natureza é comumente ligada ao consumo, diz-se que vivemos numa sociedade de consumo (FREITAS; FREITAS, 2014). Conforme Marx (1982), o consumo e a produção se relacionam, a produção estabelece o consumo, uma vez que gera no consumidor uma necessidade de consumo, em contrapartida, o consumo também gera a necessidade de produção (apud FREITAS; FREITAS, 2014). O ritmo de produção e de consumo do capitalismo são incompatíveis com o ritmo da natureza. Ainda que a deterioração do meio ambiente não seja uma novidade do capitalismo, ela atingiu um nível de destruição superior a qualquer outro modo de produção anterior (QUINTANA; HACON, 2011).

Dentro do sistema capitalista, a produção de mercadoria tem como fim o lucro e não a satisfação das necessidades humanas, entretanto, segundo Marx (1989 apud FREITAS; FREITAS, 2014), a mercadoria é “vendida” como um elemento que atende as necessidades. O valor de uso das mercadorias é subordinado ao valor de troca, aquele, por sua vez, passa a ser um artifício, na medida em que a utilidade da mercadoria é “fabricada”, tornando a compra necessária. Essa subordinação, do valor de troca pelo valor de uso, cria novas necessidades que são incorporadas pelos indivíduos como suas, mesmo sendo impostas pelo capital. A ideologia é uma estratégia que dissemina um conjunto de valores que são absorvidos pelos indivíduos, orientando suas ações e construindo uma identidade determinada não pelo ser, mas pelo ter (FREITAS; FREITAS, 2014).

Assim, os indivíduos se orientam:

[...] por valores que os mantenham acomodados, subservientes, inofensivos, sem perceberem que estão sendo socialmente oprimidos, culturalmente violentados, economicamente explorados, e muitas vezes, ecologicamente afetados, e, portanto,

sem desejarem reagir e alterar as injustas relações sociais, por considerar esse estado de coisas absolutamente normal, fora de seu controle (LAYRARGUES, 2003 apud LANA, 2015, p. 109).

Segundo Lefebvre (1991 apud FREITAS; FREITAS, 2014), a ideologia da mercadoria é a publicidade, ela constrói uma identidade para o consumidor e encobre as relações de produção devido ao consumidor passar a se reconhecer nas mercadorias. Além da fabricação das necessidades humanas, outra artimanha utilizada pelo capitalismo é a subutilização das mercadorias. Para Mészáros (2011 apud FREITAS; FREITAS, 2014), quanto menos uma mercadoria é usada, melhor para o capital, pois sua subutilização torna vendável outra mercadoria. Isso acaba gerando uma demanda, com isso, não há interesse por aumentar a qualidade através do aumento da durabilidade do produto. A subutilização é um fator fundamental para a expansão do capitalismo, que está a serviço das necessidades de produção e não das necessidades de consumo (FREITAS; FREITAS, 2014).

Santos (2002 apud FILHO, 2010) comenta que as empresas hegemônicas têm como estratégia produzir o consumidor antes de produzir o produto. Dessa forma, a propaganda e o marketing são importantes, visto que, lançam e elaboram objetos e serviços de desejo através da manipulação de valores simbólicos e sentimentos, como a felicidade ligado ao consumo de um produto (FILHO, 2010). Stahel (2001 apud FILHO, 2010), revela que as necessidades são criadas culturalmente e que o capitalismo não busca satisfazê-las e sim criá-las. Em suma, as necessidades nunca são satisfeitas, novas necessidades ou desejos de consumo são criados por novos produtos lançados no mercado (FILHO, 2010).

O limite entre o que é necessário para a subsistência e o que é supérfluo é relativo, porque esse limite é determinado historicamente, ele não é intrínseco à natureza humana. O luxo passa, cada vez mais, a ser necessidade para atender ao sistema capitalista. Afinal, o aumento da produção depende do aumento do consumo, garantindo a continuidade do ciclo produtivo, o que ocasiona a exploração dos recursos naturais, e, conseqüentemente, a deterioração do meio ambiente (FREITAS; FREITAS, 2014).

Alguns fatores impedem a expansão produtiva como: a restrição econômica dos consumidores e determinadas mercadorias que não possuem demanda que favoreça a expansão produtiva, como os bens duráveis, por se tratar de produtos que teoricamente duram mais tempo. No entanto, o capitalismo busca alternativas para superar obstáculos à expansão produtiva (FREITAS; FREITAS, 2014). Por exemplo, a obsolescência planejada, ela

acontece de diversas formas: pela baixa durabilidade dos bens de consumo duráveis; pela falta de serviços de manutenção, tornando produtos inutilizados quando eles poderiam ser consertados; pelo descarte de mercadorias através da aderência de produtos com novas tecnologias (MÉSZÁROS, 2011 apud FREITAS; FREITAS, 2014). Outra estratégia, denominada inovação estética, na qual altera-se a aparência da mercadoria, tornando a mercadoria anterior ultrapassada, como se ela já não atendesse às necessidades das quais foram destinadas (HAUG, 1997 apud FREITAS; FREITAS, 2014). Ou seja, o capitalismo utiliza novamente a ideologia para que a ideia de obsoleto seja incorporada pelos indivíduos (FREITAS; FREITAS, 2014).

Ademais, a crise ambiental afeta de diferentes modos as diversas classes sociais, porém, afeta ainda mais as classes populares. As desigualdades sociais oriundas do modelo civilizatório capitalista se refletem na questão ambiental (FREITAS; FREITAS, 2014), de acordo com Layrargues (2009 apud FREITAS; FREITAS, 2014), materializando uma “nova” desigualdade. Para o autor, os problemas ambientais atingem certos grupos sociais em condições de vulnerabilidade social, econômica e política, tendo suas condições de vida ameaçadas pela degradação ambiental. Ainda segundo Layrargues (2009 apud FREITAS; FREITAS, 2014, p. 35), há *“uma relação entre baixa condição socioeconômica e alta exposição aos riscos ambientais, [...] causando injustiça ambiental para uns e conforto ou segurança ambiental para outros”*.

Herculano (2002 apud FREITAS; FREITAS, 2014) define essa “nova” desigualdade como injustiça ambiental, entendida como um mecanismo por meio do qual a maior parte dos danos ambientais do desenvolvimento recaem sobre populações mais vulneráveis, seja os grupos de baixa renda, grupos raciais discriminados, entre outros.

A pressão humana sobre o meio ambiente é irregular, isto é, algumas habitantes da Terra consomem mais energia e recursos do que outros. Uma pequena parcela da população desfruta de um alto padrão de vida proporcionado às custas da precarização de vida da maioria. Com isso, essa parcela da população é mais responsável pela destruição do planeta (FREITAS; FREITAS, 2014). Esses grupos sociais são os mais vulneráveis a determinados riscos, dado sua classe, gênero, origem étnica, à sua inserção em territórios e setores econômicos particulares. Essa vulnerabilidade não se refere apenas a uma maior exposição a que esses grupos estão submetidos, mas a dificuldade de tais grupos de reconhecer, tornar público e enfrentar os riscos, influenciando nos processos decisórios que os afetam (PORTO, 2010 apud CARNEIRO et al., 2015).

Para o capitalismo, no campo econômico, a degradação ambiental não é um problema, na verdade, esta é transformada em novos mercados; no campo político, o capitalismo transfere para grupos sociais marginalizados e Estados Nacionais dependentes o ônus do processo produtivo (QUINTANA; HACION 2011). Logo, as condições de reprodução e funcionamento do capitalismo não estão em perigo diante da degradação ambiental (CHESNAIS; STERFATI, 2003 apud FREITAS et al., 2012).

Nesse sentido, para falar sobre meio ambiente é preciso falar sobre o capitalismo, porque a degradação ambiental é produto do processo de acumulação capitalista. A questão que se coloca é de uma alternativa, mas uma alternativa radical, que vai à raiz do problema: o capitalismo. As soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam ao mercado, que aceitam a lógica de expansão do capital, não é capaz de resolver a crise ambiental, que é uma crise da própria sobrevivência da espécie humana (LÖWY, 2013).

É uma ilusão achar que o capitalismo desaparecerá por causa de suas contradições internas, não se trata da “crise final do capitalismo”. Como retrata Walter Benjamin: “o capitalismo nunca vai morrer de morte natural”. O sistema poderá permanecer ainda por muito tempo, ele acabará encontrando uma saída para a crise. Assim, a crise ecológica não leva ao fim do capitalismo, mesmo que o petróleo ou outras fontes de recursos naturais acabem, o sistema não vai parar de explorar o planeta Terra (LÖWY, 2013). Nessa perspectiva, pensar na superação da crise socioambiental é pensar na superação do capitalismo (FREITAS; FREITAS, 2014).

Na verdade, a crise ecológica e a crise econômica resultam de um mesmo fenômeno: de um sistema que transforma tudo em mercadoria, a água, o ar, a terra, e, inclusive os seres humanos. As duas crises são interligadas a uma outra crise mais geral: a crise da civilização capitalista industrial moderna. Em outras palavras, é uma crise de um modo de vida, conhecido como *american way of life*. Esse modo de vida só pode existir se for privilégio de uma minoria, afinal, ele é insustentável (LÖWY, 2013).

Em síntese, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista possui uma racionalidade economicista, socialmente excludente e ambientalmente insustentável. A crise ambiental leva a uma reflexão sobre os limites do atual modelo de desenvolvimento, responsável por agravar as desigualdades sociais e a destruição do meio ambiente (FILHO, 2010).

O conceito de desenvolvimento sustentável

Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da qual foi formulada a noção de desenvolvimento sustentável, como uma forma de conciliar os problemas sociais e ambientais com os interesses econômicos, como se isso fosse possível (CARNEIRO et al., 2015).

De acordo com o relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, o desenvolvimento sustentável é entendido como aquele que busca satisfazer as necessidades da atual geração sem impedir que as necessidades das futuras gerações também sejam satisfeitas, promovendo o desenvolvimento social e econômico e a realização humana e cultural, da mesma forma em que utiliza de maneira razoável os recursos naturais e preserva as espécies e os habitats (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991 apud BERNAL, 2015).

Em 2012, na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, os grandes grupos econômicos se colocaram como agentes centrais da resolução da crise ambiental. Esses grupos assumem que os problemas que ameaçam a sobrevivência da espécie humana podem ser converter em nichos de mercado, como o mercado de carbono, que comercializa o direito de poluir. São esses interesses que orientam a chamada economia verde (LEROY, 2012 apud CARNEIRO et al., 2015).

O desenvolvimento sustentável é contraditório ao tentar unir crescimento econômico e conservação ambiental, já que a expansão do capitalismo gera aumento da produção, e, conseqüentemente, aumento da demanda por matéria-prima, que é finita e que acaba acarretando a crise ambiental (BOLDRINI, 2003 apud COUTO; SILVA, 2014). Em outras palavras, “[o desenvolvimento sustentável] não passa de uma falácia, uma fraude, visto que obscurece ou tenta obscurecer uma contradição fundamental: a finitude dos recursos naturais diante do caráter expansionista da sociedade industrial” (SCHEEFFER, 2008 apud COUTO; SILVA, 2014, p. 44).

Para Guimarães (2003 apud FILHO, 2010), a sustentabilidade não rompe com a lógica economicista e desenvolvimentista, segundo Dupas (2008 apud FILHO, 2010), também não evidencia se e como é possível conciliar crescimento econômico com conservação ambiental, dentro da racionalidade

capitalista. Conforme Stahel (2001 apud FILHO, 2010), é uma ilusão acreditar que o desenvolvimento sustentável será alcançado, uma vez que o que se busca é um desenvolvimento capitalista sustentável, quer dizer, a sustentabilidade se dá dentro do quadro institucional do capitalismo de mercado. Ainda de acordo com o autor, o conceito serve apenas para dar legitimidade à expansão insustentável do capitalismo.

O desenvolvimento sustentável não evidencia a responsabilidade do capitalismo pela degradação ambiental (FREITAS et al., 2012 apud COUTO; SILVA, 2014). Portanto, não é capaz de enfrentar a crise socioambiental, porque não considera a origem do problema (COUTO; SILVA, 2014). Nesse sentido, *“procurar soluções para a crise ambiental sem se ater às raízes dessa desordem acaba sendo um discurso vazio ao desconsiderar a complexidade das relações entre homem/sociedade/natureza”* (SCHEEFFER, 2008 apud COUTO; SILVA, 2014, p. 44).

Dessa maneira, há uma contradição entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental, visto que a origem do conceito de desenvolvimento sustentável está ligada diretamente ao capitalismo e sua forma de degradação (VILELA et al., 2002 apud COUTO; SILVA, 2014). Desse modo, o desenvolvimento sustentável é um artifício do próprio sistema capitalista para perpetuar – de maneira oculta – seu modo de produção degradador (COUTO; SILVA, 2014). Os custos sociais e ambientais inevitavelmente são gerados dentro do sistema capitalista, pois seu objetivo fundamental é o lucro e a acumulação do capital. Assim, a crise socioambiental não poderá ser resolvida dentro da lógica capitalista (MONTIBELLER-FILHO, 2008 apud COUTO; SILVA, 2014).

A sustentabilidade material e social exige muito mais do que criar formas menos predatórias de produzir, seja por medidas racionalizadas, através de processos de reciclagem [...] seja pelo consumo verde e ambientalização dos consumidores. Todas estas medidas nada mais são, de um lado, do que formas que o capital encontra para escamotear os problemas que vão da produção ao consumo e, de outro, para prolongar as condições de sua sobrevivência (TREIN, 2007 apud LANA, 2015, p. 111).

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável dentro do sistema capitalista consiste em manter os recursos naturais hoje com o fim de que futuramente tenha recurso para explorar (OLIVEIRA, 2008 apud COUTO; SILVA, 2014). Além disso, a conservação ambiental pode existir desde que ela não represente uma ameaça à reprodução do capitalismo, especialmente se tratando da extração dos recursos naturais (LOPES, 2013). Na visão capitalista, a natureza inalterada

é tida como um ambiente improdutivo que precisa ser explorado para demonstrar a civilidade dos seres humanos. Dessa forma, a relação do homem e da natureza não é mais de necessidade e sim de exploração (LANA, 2015).

O atual modelo de desenvolvimento pouco cede às regulamentações ecológicas, isto é, às leis, aos acordos internacionais, entre outros. A noção do que é desenvolvimento sustentável sofre pressão e se molda conforme os interesses econômicos. Por exemplo, um país que emite muito gás carbônico na atmosfera pode pagar a outro país para plantar árvores ou conservar florestas, com o objetivo de compensar sua emissão. A questão que se coloca é a seguinte: esses mecanismos são capazes de reorientar a lógica mercantil das sociedades de consumo ou um novo tipo de mercado verde está surgindo? (CARVALHO, 2008 apud BERNAL, 2015).

Vale ressaltar que, ao que tudo indica, o termo “desenvolvimento sustentável” foi substituído pelo termo “economia verde”, pois aquele se encontra desgastado ou esvaziado, ainda assim, é necessário cautela, pois o principal não foi modificado: os padrões de produção e de consumo insustentáveis (SAWYER, 2011 apud ZANIRATO; ROTONDARO, 2016). O que se busca é uma forma de produção mais eficiente – economizando energia e recursos, e reduzindo a produção de resíduos e/ou poluição – e não a superação dos padrões atuais de produção e de consumo (KAZAZIAN, 2005 apud ZANIRATO; ROTONDARO, 2016). Sendo assim, o consumo sustentável é um consumo necessário, assim, o consumo sustentável é sinônimo de redução de consumo, mais do que buscar soluções técnicas é fundamental uma mudança de hábitos, valores e atitudes (ZANIRATO; ROTONDARO, 2016).

O capitalismo “verde” tem como propósito tentar mostrá-lo como o único sistema econômico possível e minimizar suas críticas sociais e ambientais, assim como explorar os produtos, serviços e selos verdes através do marketing, sob a alegação de uma suposta responsabilidade socioambiental, cujo fim é proporcionar lucro às empresas por meio da imagem (FREITAS et al., 2012).

Rever os valores de uma cultura de massa que se baseia no imediatismo, artificialismo e individualismo, que valoriza a acumulação de dinheiro, mesmo que isso signifique subjugar a natureza e os seres humanos é fundamental para se agir sustentavelmente. A sociedade moderna criou desejos insaciáveis e necessidades desnecessárias de bens materiais que o planeta não tem a capacidade de suprir da mesma maneira para todos os seres humanos. Desse modo, ao abordar a sustentabilidade de um planeta com recursos limitados,

necessariamente deve-se fazer uma revisão dos padrões de produção e consumo das sociedades modernas (BERNAL, 2015).

O conceito de “sociedades sustentáveis” foi criado como alternativa ao conceito de desenvolvimento sustentável, o foco passa ser a sociedade e não mais o desenvolvimento (BERNAL, 2015). O conceito de sociedades e comunidades sustentáveis é mais apropriado que o conceito de “desenvolvimento sustentável”, uma vez que permite que os padrões de produção e de consumo sejam estabelecidos por cada sociedade, tal como o conceito de bem-estar, com base na cultura, no desenvolvimento histórico e no ambiente natural. Ademais, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, contanto que os princípios de sustentabilidade ecológica, econômica, social e política sejam garantidos (DIEGUES, 2003 apud BERNAL, 2015).

A sustentabilidade ambiental depende de um outro modo de produção, ou seja, da superação do modo de produção capitalista (FREITAS et al., 2012 apud COUTO; SILVA, 2014). Assim, um outro modo de produção – ético, ecológico e que atenda às necessidades dos seres humanos – é essencial e possível, o que não é possível, é continuar explorando os recursos naturais e acreditar que dá para permanecer na mesma lógica exploratória (COUTO; SILVA, 2014).

Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento sustentável é:

[...] aquele que permite reverter a dinâmica de uso dos recursos e dos serviços ambientais, equilibrando a velocidade de utilização e de recomposição dos ecossistemas; é a conjugação entre a sustentabilidade ambiental e social – faces do mesmo processo –, que apenas se realizarão quando o capitalismo for ultrapassado; e implica o respeito à natureza e à igualdade social (MOTA; SILVA, 2009 apud FREITAS et al., 2012, p. 46).

Considerações Finais

Diante de tudo apresentado, fica demonstrado que o atual modelo de desenvolvimento econômico capitalista é o principal responsável pela crise socioambiental. Portanto, ao abordar a crise socioambiental é indispensável discutir a necessidade de superação do sistema capitalista. Enfrentar a problemática ambiental é urgente, para isso, é necessário um outro modelo de desenvolvimento econômico que integre justiça social e conservação ambiental.

O desenvolvimento sustentável, muito abordado nos dias atuais como uma alternativa para superar a crise socioambiental, uma vez que busca conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, é uma falácia do capitalismo. Ele funciona como uma maneira de amenizar as críticas a forma como o desenvolvimento econômico capitalista vem contribuindo com a degradação ambiental e dar legitimidade e continuidade ao sistema capitalista. Aliás, a degradação ambiental não se constitui num problema para o capitalismo, na verdade, ela é uma fonte de lucro.

O desenvolvimento sustentável consiste numa estratégia do próprio capitalismo, no qual a mesma lógica exploratória e expansionista permanece intacta, cujo fim é a sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento econômico que é em si ambientalmente insustentável. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável precisa ser ressignificado.

A crise é socioambiental justamente porque compreende fatores ambientais e sociais, estando eles diretamente relacionados, por exemplo, a degradação ambiental afeta de maneira desigual os diferentes grupos sociais, isso é um reflexo do capitalismo. Nessa perspectiva, a dominação da natureza está diretamente ligada à dominação dos homens, na medida em que o capitalismo transforma a natureza e os seres humanos em mercadoria. Além disso, a crise é socioambiental porque não diz respeito apenas a manutenção dos recursos naturais, mas também a sobrevivência da espécie humana.

Referências

BERNAL, Alex Barroso (Org.). **Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios: volume 3 – Sustentabilidade e agroecologia: conceitos e fundamentos.** Brasília: MMA, 2015.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; PIGNATI, Wanderlei Antonio; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; FARIA, Neice Muller Xavier; ALEXANDRE, Veruska Prado; FRIEDRICH, Karen; MELLO, Marcia Sarpa de Campos. Insustentabilidade socioambiental do agronegócio brasileiro. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (Orgs.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 93-115.

COUTO, Elení Pereira; SILVA, Fabrício Oliveira. Desenvolvimento (in) sustentável. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, v. 10, n. 18, p. 41-54, 2014.

FILHO, Gerson Romero Oliveira. A crise ambiental sob a ótica do modelo de desenvolvimento capitalista. **CES Revista**, v. 24, p. 129-142, 2010.

FREITAS, Rosana Carvalho Martinelli et al. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **R. Katál.**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

FREITAS, Luciane Albernaz Araujo; FREITAS, André Luís Castro. A Crise Socioambiental: Uma Crise Civilizatória. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 31, n. 1, p. 24-40, 2014.

LANA, Zilda Maria de Oliveira. A educação ambiental diante da problemática socioambiental na ideologia capitalista. **REMOA**, v. 14, n. 1, p. 106-114, 2015.

LOPES, Darlison. (2013). O desenvolvimento insustentável: capitalismo e natureza. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3, 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

LÖWY, Michael. CRISE ECOLÓGICA, CRISE CAPITALISTA, CRISE DE CIVILIZAÇÃO: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, n. 25/26, p. 427-444, 2011.

ZANIRATO, Sílvia Helena; ROTONDARO, Tatiana. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 77-92, 2016.

The socio-environmental crisis from a Marxist perspective

ABSTRACT

This present work aims to discuss the current socio-environmental crisis experienced by society, reflecting of model of capitalist economic development, from a Marxist perspective. Another objective was to question the concept of sustainable development, very used currently as an alternative to solve the socio-environmental crisis, since it aims to unite the economic growth and the environmental sustainability. The study is a bibliographic search. It is concluded that, another economic development model that combines the social justice and the environmental conservation is fundamental to overcome the socio-environmental crisis. Furthermore, the concept of sustainable development is a fallacy of capitalism that needs to be reframed.

Keywords: Socio-environmental crisis; Sustainable development; Marxism.